

## ANÁLISE

# As lutas dos universitários ontem e hoje

Há duas semanas, a Alameda da Universidade de Lisboa encheu-se de estudantes numa manifestação contra o assédio dentro da academia. No mesmo local, há 60 anos, a crise académica abria caminho à queda de Salazar. Se, na ditadura, a luta dos universitários era sobretudo política, hoje as bandeiras são outras. Os alunos reivindicam a redução do valor das propinas, empregos dignos e investimento no alojamento estudantil. A saúde mental foi também abalada pela pandemia.

FILIPA LINO  
filino@negocios.pt

“

O 25 de Abril começou a 24 de março [de 1962].” A frase do antigo Presidente da República Jorge Sampaio é elucidativa da importância que a chamada crise académica de 1962 teve para a democracia portuguesa. O movimento de contestação estudantil fez germinar a queda do Estado Novo e lançou uma nova geração de líderes, entre eles, o próprio Jorge Sampaio, que foi um dos seus protagonistas. Nesse dia, há 60 anos, estava lá, no meio da multidão. Era um jovem ruivo, estudante da Faculdade de Direito de Lisboa e secretário-geral da Reunião Inter-Associações dos Estudantes (RIA).

Os alunos reuniram-se em massa na Alameda da Universidade de Lisboa, em frente à Reitoria, em protesto contra o facto de o regime de Salazar ter proibido as comemorações do tradicional Dia do Estudante. A manifestação era a face visível de um mal-estar latente na academia. Numa tentativa de conter a agitação estudantil, a polícia de choque ocupou a Cidade Universitária e houve confrontos violentos.

Os protestos dos estudantes duraram meses. Houve plenários, greve às aulas e aos exames, e alguns alunos fizeram greve de fome. Muitos foram presos. Não sendo claramente um movimento político, a luta estudantil conseguiu abalar o Estado Novo.

A crise de 1962 teve como reivindicação fundamental o exer-

cício das liberdades dentro do espaço associativo estudantil. E, assim, “deu um contributo indireto fundamental para o questionamento do regime”, no sentido em que se “contestaram os princípios, os fundamentos do poder autoritário do Estado Novo”, afirma o historiador Álvaro Garrido, coordenador da exposição “Primaveras Estudantis: da crise de 1962 ao 25 de Abril”, patente no Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa. A mostra integra o programa das comemorações dos 50 anos da revolução.

No fundo, a universidade e as associações de estudantes funcionaram como “um microcosmos numa sociedade amordaçada pelo regime”. E o perigo de o rastilho alastrar fez agitar o poder político. Era preciso ter os universitários sob controlo.

“Salazar sempre temeu os movimentos de estudantes e legislou sobre as associações de estudantes, logo nos anos 1930, de uma forma muito preventiva, procurando que não se tornassem sindicatos estudantis, com uma natureza classista”, afirma o historiador. A 24 de março de 1962, tudo isso fica posto em causa com o primeiro movimento de estudantes que representava uma ampla frente de contestação ao regime.

Esse movimento “rompeu uma tradição relativamente dominante de lutas estudantis de sentido eminentemente corporativo

Plenário de estudantes no Estádio da Cidade Universitária em 1962.





coordenado pela Reunião Inter-Associações (RIA), cujo secretário-geral era Jorge Sampaio, que na foto está sentado no muro.

Fundação Mario Soares e Maria Barrosa

**A universidade e as associações de estudantes funcionaram como “um microcosmos numa sociedade amordaçada pelo regime” do Estado Novo, refere o historiador Álvaro Garrido.**

e colocou toda uma geração de estudantes em Lisboa, Coimbra, e também no Porto, numa frente muito ampla de dissidência contra o regime”, explica o professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Essa luta foi muito inquietante para Salazar, porque “era uma espécie de revolta das burguesias académicas”, numa altura em que “a universidade formava as elites políticas e administrativas da nação”.

Um sinal de perigo, sobretudo porque reunia um triângulo ideológico - comunistas, humanistas laicos e católicos. “Foi isso que fortaleceu a crise estudantil e a fez perdurar durante vários meses numa radicalização crescente.”

Em Coimbra, os acontecimentos foram praticamente simétricos aos de Lisboa, porque “havia uma comunicação muito grande entre as lideranças estudantis que já vinha de 1961, quando várias associações viraram à esquerda”. De facto, acrescenta o historiador, em 1962 “o número de estudantes condenados com penas de expulsão de universidades acaba por ser superior em Coimbra.”

Foi sobretudo a crise académica de Lisboa que ficou na memória, uma vez que “teve uma dimensão de massas mais visível”, mas tratou-se de um movimento de estudantes da universidade portuguesa no seu todo. No Porto, apesar de o movimento associativo ser menos estruturado do que em Lisboa e Coimbra, a luta estudantil também teve

importância, “sobretudo nas Belas Artes, sob a liderança do então estudante Alexandre Alves Costa, hoje um arquiteto conhecido.”

Em 1962, as mulheres tinham uma representatividade muito escassa nas associações de estudantes. Tal acontecia porque a percentagem de mulheres a estudar nas universidades era muito mais baixa do que hoje e também por uma conceção estereotipada e limitativa sobre o seu papel na sociedade. Contudo, havia já “uma ânsia de participação da mulher em alguns movimentos” e “há imagens míticas da crise de 1962 com a Isabel do Carmo, então estudante, a discursar num plenário de estudantes, com a coragem que a caracterizava e que a caracteriza ainda hoje”, refere Álvaro Garrido.

#### AS LUTAS DO PRESENTE

A mesma Alameda da Universidade que foi palco do protesto dos estudantes há 60 anos continua a ter atividade reivindicativa. Mas, agora, os direitos que se reclamam são outros. Foi lá que recentemente decorreu uma manifestação contra o assédio sexual e moral na academia. Desta vez, foram as mulheres a tomar a liderança da manifestação, convocada pelo Movimento Contra o Assédio no Meio Académico de Lisboa, que surgiu na sequência de dezenas de denúncias contra vários docentes da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Mas o problema é transversal à academia.

continua



Secção Fotográfica da AAC

A mesma escadaria da Universidade de Coimbra, que em 1969 foi palco da repressão do Estado Novo sobre os estudantes, continua a ser utilizada pelos atuais alunos para manifestações. Na fotografia à direita, o protesto era contra o aumento das propinas, em abril de 2021.



continuação

No Porto, veio também a público o despedimento do professor auxiliar da Faculdade de Economia Pedro Cosme Vieira por comentários xenófobos e sexistas. E, em Coimbra, o Provedor do Estudante Paulo Peixoto revelou que, nos últimos quatro anos, foram reportados três casos de assédio por estudantes do sexo feminino. Duas destas denúncias foram arquivadas por falta de provas e a terceira foi encaminhada para a Polícia Judiciária, mas o suspeito nunca terá sido identificado.

O tema do assédio, que era até agora apenas falado em surdina, tornou-se subitamente mobilizador do movimento estudantil e chegou à comunicação social. Isso aconteceu porque "esta geração de estudantes conseguiu alertar para estes casos e contou com a ajuda de professores da própria Faculdade de Direito", diz Miguel Afonso, presidente Associação Académica da Universidade de Lisboa e estudante da faculdade onde foram feitas as denúncias. Isso permitiu criar "mecanismos de auscultação aos estudantes, para que pudessem ser identificados os casos e tomar as devidas diligências para a sua resolução". Ainda assim, continua a haver algum receio em denunciar o assédio, admite.

Por esse motivo, Ana Gabriela Cabilhas, presidente da Federação Académica do Porto, defende que "deveria ser criado um mecanismo nacional de denúncia e de queixa, através de uma linha telefónica ou de um endereço eletrónico", de forma a proteger as vítimas e incentivar mais denúncias. Só assim se vai perceber "se esta é uma realidade local ou nacional".

Em Coimbra, foi criado recentemente um gabinete com profissionais qualificados para prestar ajuda psicológica às vítimas. O local não é exclusivo para a denúncia de assédio. Também pode ser utilizado pelos alunos para outro tipo de problemas, precisamente para evitar que quem se dirige ao gabinete para fazer uma queixa sinta que pode ser facilmente identificado. "Estes processos são muito sigilosos e meticolosos, porque o mais importante é conseguir proteger a vítima", afirma Daniel Aragão, presidente interino da Associação Académica de Coimbra.

O assédio sexual e moral no ensino superior tem sido o assunto mais mediatizado nos últimos tempos, mas a agenda das grandes lutas dos estudantes universitários para 2022 passa por outros temas.

Desde logo, os alunos querem ter mais peso nos órgãos de governo das instituições de ensino superior. Em 2007,

com a aprovação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), "a participação dos estudantes acabou por ficar diminuta, e até ultrapassada por entidades externas às instituições de ensino superior" em órgãos como o Conselho Geral das Universidades ou os Conselhos da Ação Social, o que resultou num "desequilíbrio entre a representação de docentes e de estudantes". Isso significa que "somos ouvidos, mas depois temos pouco poder de influência na tomada de decisão concreta", explica Ana Gabriela Cabilhas.

A pandemia trouxe novos desafios e preocupações aos estudantes. A começar pela parte financeira. Em cima da mesa das reivindicações está o fim das propinas nas licenciaturas das universidades públicas e politécnicos, assim como o congelamento dos valores das propinas de mestrado, que "têm subido de forma galopante".

A líder estudantil refere ainda a necessidade de um reforço do investimento nas bolsas para os segundos ciclos – mestrados e pós-graduações –, cujo valor é calculado com base no montante da propina do primeiro ciclo, que tem vindo a ser reduzida. "Isto cria uma situação de grande injustiça para os estudantes de segundo ciclo, porque o valor da bolsa não acompanha o valor do curso."

Daniel Aragão, da associação académica de Coimbra, aponta o alojamento estudantil como uma das grandes prioridades no ensino superior. Dá como exemplo a situação da sua academia, onde existem cerca de 1500 camas para 25 mil alunos. "Isso faz com que muitos estudantes passem por uma situação de grande dificuldade financeira para conseguir arrendar um quarto."

O Plano Nacional de Alojamento Estudantil está estagnado e precisa de uma intervenção urgente por parte do Estado, acrescenta Miguel Afonso, presidente da Associação Académica da Universidade de Lisboa.

Aos custos incontroláveis para muitos alunos do ensino superior, juntam-se as dificuldades no acesso ao mercado de trabalho já depois de formados, assim como as baixas remunerações. Tudo isto pode estar a incentivar o abandono escolar, alertam os líderes estudantis.

Ana Gabriela Cabilhas refere que, nos anos 2020 e 2021, a Federação Académica do Porto questionou os estudantes sobre o impacto da pandemia nos rendimentos do agregado



Em 1969, os estudantes de Coimbra reclamavam uma universidade livre. Foi preciso esperar mais cinco anos para a democracia ser instaurada, com o 25 de Abril de 1974.



Ricardo Almeida



Secção Fotográfica da AAC



Paulo Duarte



DR



Bruno Colapaço

Ana Gabriela Cabilhas, presidente da Federação Académica do Porto, e Miguel Afonso, presidente da Associação Académica da Universidade de Lisboa, são dois dos rostos dos atuais dirigentes estudantis. As lutas hoje são outras, dizem. A Alameda da Universidade de Lisboa, que foi um dos locais do protesto dos estudantes há 60 anos, recebeu há duas semanas uma manifestação contra o assédio sexual e moral na academia.

familiar e, também, sobre a possibilidade de abandono do sistema. Nos dois inquéritos, com mais de 2 mil inquiridos, 11% dos alunos disseram que ponderavam abandonar o ensino superior.

“Há um grande investimento pessoal e às vezes um grande esforço das famílias para que um filho termine um curso, e assistimos hoje a uma pandemia de desemprego jovem, que merece a devida atenção por parte dos vários decisores políticos.” Se houver um “desacreditar do valor da educação, isso será algo penoso para o nosso país”, conclui.

Daniel Aragão sublinha que, para aproveitar o investimento na formação avançada dos estudantes portugueses, é preciso incentivar as carreiras (académicas e não académicas) e dar uma “empregabilidade digna aos diplomados do ensino superior”.

O líder estudantil de Coimbra recorda a grande precariedade nas carreiras científicas. “Queremos uma inserção dos investigadores e dos restantes profissionais científicos em carreiras com lugares permanentes”, reclama.

**Os elevados custos do ensino superior, as dificuldades dos jovens no acesso ao mercado de trabalho e os baixos salários podem incentivar o abandono escolar, alertam os líderes estudantis.**

Os problemas já existentes antes da pandemia agravaram-se e também surgiram outras dificuldades. “Para alguns alunos, isso significou um apertar do cinto mas, ainda assim, conseguiram garantir a permanência no ensino superior. Para outros, representou o abandono do percurso académico”, diz por sua vez Miguel Afonso. Agora, com a subida da inflação e, consequentemente do custo de vida, em resultado da guerra na Ucrânia, o líder estudantil de Lisboa acredita que será mais difícil para muitos alunos retomarem os cursos que abandonaram durante a pandemia. Por isso, “os mecanismos, instrumentos e soluções têm de ser estruturais”.

A saúde mental dos estudantes é outra das grandes preocupações. “Num inquérito realizado pela Federação Académica do Porto, cerca de 80% dos estudantes reportaram um aumento do estado de ansiedade e de depressão.” Destes, “menos de metade tinha tido acesso a apoio psicológico na academia em tempo útil”. A questão tem sido “negligenciada”, mas deve “ser encarada com um programa nacional de promoção da saúde mental no contexto das instituições de ensino superior”, sublinha Ana Gabriela Cabilhas.

Em Coimbra, a Associação Académica assinou um protocolo com a Administração Regional de Saúde do Centro e com a Universidade de Coimbra para elaborar um estudo que permita traçar um diagnóstico da saúde mental dos alunos daquela academia e, depois, definir uma estratégia de intervenção. “Esta é uma grande preocupação”, salienta Daniel Aragão. O caso do estudante suspeito de preparar um ataque terrorista na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa voltou a pôr a questão na ordem do dia. [w](#)